

Do *nyet* para o *da* As transformações nas relações internacionais soviéticas na Era Gorbachev

Moisés Wagner Franciscan

Resumo: Este artigo pretende abordar as mudanças fundamentais sofridas pela diplomacia soviética entre 1985 e 1991, que se constituíram fundamentalmente e cada vez como o avesso do que a mesma diplomacia era durante a liderança de Brejnev, de 1964 a 1982. Se os primeiros passos para o degelo com o Ocidente já haviam sido dados, entretanto não existia qualquer tendência à inversão das relações com os países socialistas do Terceiro Mundo ou da Europa Oriental. Pretende enumerar os pontos fortes e fracos da política externa soviética em meados dos anos 80, bem como estabelecer uma listagem dos erros de cálculo cometidos pela cúpula soviética e como puderam cometê-los, bem como de seus sucessos e de como vieram a obtê-los. Iremos demonstrar que as contradições e viradas súbitas que marcaram a atuação política interna de Gorbachev também se refletiram na postura diplomática e na relação com aliados e antigos rivais, e, a partir de 1989, a sofrer forte influência destes últimos na condução tanto dos negócios estrangeiros como dos assuntos internos. O quadro teórico esboçado baseia-se na obra de Paul Kennedy *Ascensão e Queda das Grandes Potências*, onde o autor estabelece que as posições de uma grande potência são resguardadas por outras esferas além da área militar, como a econômica ou social. Porém o quadro do realismo político traçado por Kennedy não abarca todo o problema. A partir da onda de vitórias diplomáticas, segundo a percepção de Gorbachev, este passou a esboçar uma política externa que não continha posições realistas ou estáveis. Entram aí as contribuições de Lévesque (com a noção de concessões mútuas aceitáveis que para evolui para um quadro de perda generalizada do controle da situação) e Brown (que toma uma posição avessa ao realismo político, apresentando um Gorbachev convencido da própria capacidade de domar situações complicadas e de seu abandono da diplomacia tradicional guiada tanto pela realpolitik como pela luta de classes pelo que acredita ser uma nova realidade emergente baseada nos *valores humanos universais* e na recusa dos interesses de Estado – quadro sintetizado pelos discursos do próprio Gorbachev). A alteração da condução diplomática na Era Gorbachev foi de tal monta que mais do que relatórios e atas de gabinete, são fundamentais seus discursos e a influência que pretendia obter no Ocidente. Foi feita a consulta às obras dos principais teóricos e políticos envolvidos no processo da Guerra Fria, da criação da *doutrina da contenção* por George Kennan ao estabelecimento do *novo pensamento* diplomático por Gorbachev. Também um apanhado das surpresas experimentadas pelos analistas americanos da época, diante da mudança abrupta tanto do papel como da imagem da URSS no cenário internacional, e da historiografia posterior sobre o tema.

Palavras-chave: Relações internacionais, União Soviética, Guerra Fria.

Isolamento e Contenção

As relações internacionais da URSS sempre foram conturbadas, até mesmo pelo fato de que a meta máxima de seu regime era a derrocada dos sistemas políticos, sociais e econômicos das demais nações¹ (como a própria ideia de nacionalismo) e a implantação de seu próprio sistema. O mesmo pode-se dizer dos objetivos das potências ocidentais para com os soviéticos. A política de cordão sanitário consagrada com a Linha Curzon foi completada pela intervenção militar – a primeira com muito mais sucesso que a segunda. Desde a derrota política de Trotsky por Stalin, a construção do socialismo em um só país se tornou o discurso oficial soviético. Isso não significou o isolamento completo do país – como demonstrou a sua aceitação pela Liga das Nações em 1934 e o reconhecimento e normalização das relações diplomáticas da URSS com as potências ocidentais na mesma época, apesar de que não havia outros países dispostos a firmar acordos internacionais fora do grupo formado pela Alemanha de Weimar, desonrada, isolada e desmilitarizada em Versalhes, com o interesse de reverter essa situação com o Tratado de Rapallo em 1922², da Tchecoslováquia cercada por regimes fascistas e desesperada pela proteção firmada pelo Pacto Soviético-Tcheco, da França do passageiro governo da Frente Popular, ideologicamente favorável, com o Tratado Franco-Soviético de Assistência Mútua de 1935, e da China republicana e desejosa de sacudir o jugo dos imperialistas encravados em seu território, com o Tratado de Não-agressão Sino-Soviético de 1937. A fluidez desses tratados ficou patente com a Conferência de Munique, o Pacto de Não-agressão Ribbentrop-Molotov e o apoio ao PC na China.

Com uma Europa dividida de comum acordo na Conferência de Yalta, a dissolução do Komintern, uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU e as relações com o governo Roosevelt poderia-se prever uma maior inserção da URSS nos assuntos internacionais e sua maior assimilação pelo mundo capitalista. Mas a bandeira do anti-comunismo levantada pelo presidente Truman e os conservadores britânicos liderados moralmente por Churchill em luta com a administração trabalhista, inverteram essa tendência. Também vale lembrar as tensões desencadeadas com a desconfiança quanto as áreas de influência no Irã e Iugoslávia, a força eleitoral dos PCs na França e Itália e a Guerra Civil Grega – que se abandonada diplomática e militarmente por Stalin, ainda assim recebeu armas leves e apoio logístico através da Bulgária, Iugoslávia e Albânia (PHILLIPS, 2001, p. 140). A doutrina de contenção proposta por Kennan previa o estrangulamento do poder soviético através do combate ao tradicional expansionismo territorial russo, do embargo econômico e tecnológico. Esses fatores, a longo prazo, resultariam numa implosão do regime³. Uma Guerra Fria sem confrontação direta entre as duas superpotências do pós-guerra. Seu pensamento forneceu a base teórica, segundo uma leitura própria, por parte da equipe de Truman (NYE, 2009, p.160).

Diante da agressiva diplomacia das potências ocidentais, não mais divididas por rivalidades, tecendo acordos em separado com a URSS, mas coesas sob o comando americano, as tendências ocidentalizantes dentro das instituições soviéticas e de seu corpo diplomático (predominantes durante o tempo em que Chicherin e Litvinov ocuparam o Comissariado dos Assuntos Estrangeiros) foram varridas. As correntes ainda mais desconfiadas da necessidade do aproximamento e de boas relações com o Ocidente, já em fortalecimento desde a ascensão de Molotov para a chancelaria, se tornariam a rotina das relações internacionais da URSS, caracterizada pelos “senhores *nyet*”: os ministros dos Negócios Estrangeiros Molotov e Gromyko.

Para os diplomatas americanos, seria uma fase de total intransigência e má vontade, em que a negação de qualquer renúncia ao interesse soviético ou qualquer retrocesso em suas posições, a formação de parcerias ou resoluções de comum acordo estavam fora de questão. Para os soviéticos, seria o apogeu de sua influência global, tendo condições de negociar em pé

de igualdade com os EUA em muitas ocasiões. Apesar do clima de coexistência pacífica sob Krushev e de distensão sob Brejnev ganhar terreno, a tensão internacional retornaria com a Segunda Guerra Fria (HALLIDAY, 1983, p. 3), em 1979.

A Era Brejnev

O problema do expansionismo soviético não havia cedido. Apesar de nunca enviar suas tropas para além dos contornos traçados em Yalta, o bloco socialista continuava em crescimento. Mas era, acima de tudo, não planejado. As revoluções arquitetadas e encorajadas pelo Komintern foram um fracasso. A ocupação do Leste Europeu e da Coréia do Norte se deu pelas necessidades da Segunda Guerra, de recuperar os territórios perdidos ao fim da Primeira Guerra e da Guerra Polaco-Soviética e de criar uma zona de proteção para suas próprias fronteiras. As revoluções na China e em Cuba, oriundas de guerrilhas rurais, não tiveram um papel importante da URSS. A cisão com a China, fonte de tantos problemas ideológicos e militares nas fronteiras orientais soviéticas⁴, ocorreu pela crítica ao revisionismo descrente na luta armada como linha para os PCs dos países pobres (HOBSBAWM, 1995, p. 424). Mas durante a administração Carter e a segunda metade da Era Brejnev esse quadro sofreria alterações. Logo após o auge da cooperação entre as duas superpotências, com o programa espacial, o Terceiro Mundo foi sacudido por uma onda revolucionária entre 1975 e 1979. Da queda de Saigon até Granada, de Moçambique à Nicarágua, o movimento revolucionário triunfava ou parecia capaz de triunfar, como em El Salvador e outros países latino-americanos. Em 1979, pela primeira vez desde 1945, os exércitos soviéticos foram enviados para além do Leste Europeu⁵.

Porém, novamente, era o caráter de ações não planejadas que se impunha. A substituição na Europa Oriental de obsoletos mísseis de médio alcance pelos SS-20 foi feita pela cúpula militar, e não pelo Kremlin. A intervenção no Afeganistão se deu por uma sucessão de eventos que malograram as tentativas anteriores de estabilização do regime aliado⁶. Os movimentos de insurreição no Terceiro Mundo eram apoiados diretamente por Havana, mas não por Moscou. A expansão do socialismo não era uma prioridade ou uma meta para o Politburo. Mas tampouco foi repudiado. A criação e orientação do Departamento Internacional, sob a direção de Ponomarev e Suslov, como órgão distinto do Ministério dos Negócios Estrangeiros⁷, tinha como meta a supremacia moral da União Soviética na luta anti-imperialista global, as boas relações com os países em desenvolvimento e com aqueles que acabavam de emergir do regime colonial, como forma de fugir ao isolamento internacional. Quando ocorriam conflitos entre os antigos impérios europeus e os EUA e as novas nações ou movimentos de libertação, também era meta tornar a atuação dessas potências no maior atoleiro possível. Tal posição levou ao fomento da luta anticolonialista, mas não a criou. Guerrilhas e movimentos socialistas fortes o suficiente para produzir preocupações sobre a capacidade de repressão colonial eram algo comum ao noticiário do Terceiro Mundo desde os anos 50, mas o fator crucial para o aumento das tensões no fim da década de 1970 era que seu sucesso na tomada do poder não era mais uma exceção (HOBSBAWM, 1995, p. 425).

A percepção nos EUA não era essa, entretanto. As revoluções eram feitas com kalashnikovs, T-55 e migs. A logística das operações cubanas muitas vezes era fornecida pelos soviéticos⁸. A política de contenção havia falhado completamente. Para os falcões da Casa Branca, agora era sobre os EUA que a ameaça pairava, sob a forma de um cordão vermelho latino-americano. O clima de histeria favoreceu a não reeleição de Carter – culpado pela substituição da política de contenção pela da defesa dos direitos humanos segundo os acordos de Helsinki – e a ascensão do grupo neoconservador de Reagan.

A herança de Gorbachev

Se Gorbachev, ao assumir a secretaria-geral do PCUS em 1985, herdou de seus

antecessores problemas gravíssimos, também recebeu posições privilegiadas. A URSS atingiu seu apogeu diplomático e militar por volta de 1980. Suas divisões blindadas, silos nucleares, bases móveis de lançamento de mísseis ICBM, estacionados ao longo da Cortina de Ferro, após os problemas de redistribuição de forças ao longo da fronteira chinesa, haviam recobrado sua enorme superioridade. Novamente serviam como fonte de pressão diplomática sobre o Ocidente. A URSS, isolada do mar a todo custo, conseguiu livre acesso aos oceanos a partir de bases militares fornecidas por seus aliados, como Moçambique e Vietnã – que levava a presença militar em todo o Índico. Construiu uma enorme frota de superfície e submarinos nucleares com mísseis SLBM, que projetavam seu poder globalmente, pretendendo disputar com os EUA também o controle dos mares – exatamente no terreno em que mais se destacavam. Seu navio-aeródromo nuclear já estava em construção. Havia se tornado tanto urso como baleia da geoestratégia planetária⁹.

Herdou não apenas um grande bloco de países socialistas ou em processo revolucionário, mas também uma grande lista de aliados militares, como a Índia (DONALDSON, 1981, p. 232), e regimes associados, como Madagascar. Assim, “um terço da raça humana e todos os governos, do rio Elba ao mar da China, viviam sob governos de países comunistas” (HOBSBAWM, 2007, p. 149). A ameaça de falta de matérias-primas e recursos raros havia se esfumado.

Se a economia atingiu seu auge 10 anos antes e já era fonte de preocupações ao menos desde 1977, o país ainda podia ser considerado a segunda potência econômica global¹⁰.

Mas mesmo suas posições de força encerravam condições precárias. Em 1983 a Crise dos Euromísseis eclodiu. Reagan afirmava ser uma reação aos novos SS-20 soviéticos. A futura instalação nos países da OTAN de um arsenal de mísseis nucleares Pershing II e Tomahawk poderiam desequilibrar a supremacia atômica da URSS no continente europeu. Havia o medo da Inglaterra e da Alemanha, sob regimes hostis nos anos 80, deixarem de lado a retórica belicista para assumir uma militarização por conta própria, o que desestabilizaria ainda mais o cenário europeu. O projeto de Iniciativa de Defesa Estratégica, se irrealizável, ainda assim era usado como espantalho nas negociações e gerava temores no Kremlin. O apelo do regime caiu a níveis baixíssimos após a derrubada do voo 007 sobre o espaço aéreo soviético, em 1983. Gorbachev teve que lidar com um enorme problema para o futuro das relações internacionais da URSS: a expansão do campo soviético estava dada, e com ela, os custos de manutenção militar e econômica de regimes instáveis e de movimentos de libertação e revolução, bem como da modernização e conservação de seu antigo poderio militar continental e de seu novo poder oceânico. Ao mesmo tempo os recursos necessários para cobrir esses custos escasseavam, por uma economia que cada vez mais se tornava ineficiente e atrasada e cujo sustentáculo para obtenção de divisas – petróleo e gás – estavam com os preços em queda livre no mercado mundial¹¹.

Se a Europa Oriental era um ônus econômico, através da exportação de bens da indústria leve de má qualidade e commodities agrícolas a preços subsidiados, em troca do petróleo e gás baratos da URSS, era também (como Cuba) um importante aliado para a sustentação militar¹², ou até mesmo alguma ajuda financeira e humanitária para o Terceiro Mundo socialista (WILES, 1982, p. 155). Na verdade havia uma certa desvantagem econômica em alguns produtos exportados pela Europa Oriental, e que, no momento em que a economia soviética entrou em parafuso e já não contava com seus antigos aliados, fizeram enorme falta¹³. Essa assimetria variável, entretanto, não era reconhecida por Gorbachev, que via essas relações mútuas como parasitárias. Tal perspectiva refletiu-se mesmo sobre a condução do COMECON, a maior instituição econômica dos países socialistas. Surgido como uma resposta ao Plano Marshall e tendo como finalidade criar e coordenar uma divisão internacional do trabalho no bloco soviético (de forma que Chomsky pôde classificar o Leste Europeu como colônias políticas, mantidas economicamente pela URSS numa inversão dos

papéis de centro-periferia), durante a perestroika foi visto como instrumento para forçar os países membros a adotar as reformas liberalizantes sem que a Doutrina Sinatra fosse oficialmente desrespeitada pelos seus próprios formuladores.

Por muitos anos, durante o conflito sino-soviético, Pequim manteve posturas radicais que a afastavam de Washington. Em contrapartida, muitos dos analistas da Casa Branca apontavam para uma falsa ruptura com Moscou. Não podiam acreditar que o antigo monolito do movimento comunista mundial, sob Stalin, tivesse rachado a ponto de ser possível um conflito entre as duas potências, mesmo pela liderança moral e tática da luta anti-imperialista no Terceiro Mundo. A partir das escaramuças fronteiriças de 1969 esse antagonismo tornou-se impossível de ser negado mesmo pelos mais renitentes conselheiros. Gorbachev teria que lidar com uma China que desde a Diplomacia do Pingue-pongue, em 1971, havia formado uma crescente aliança com os EUA¹⁴ e fechado o cerco ao país.

A transformação ideológica como base da mudança diplomática

A política interna e externa da Rússia sempre foi influenciada segundo duas tendências que periodicamente se revesavam no poder: eslavófilos e ocidentalistas. A centralização do regime imprimia forte controle sobre a aproximação diplomática e econômica com o Ocidente ou pela decisão de preservar as características únicas do país e o reforço de seus laços com os países eslavos. Durante o período soviético, a tendência eslavônica ainda conheceria uma aproximação com o Oriente ou o Terceiro Mundo. Mas com a ascensão de Gorbachev e seu grupo, pela primeira vez na história do país os ocidentalizantes assumiram o poder com a intenção séria e permanente de remodelar o país segundo a imagem da sociedade e da política ocidental (BERTONHA, 2009, p. 167), de unir à perestroika, a glasnost e a demokratizatsiya.

Outros países poderiam mover sua diplomacia de uma maneira completamente pragmática. A URSS, para fazer o mesmo, precisava mudar detalhes de sua ideologia constantemente. O comunismo não deixava de ter um aspecto de Igreja, cujas ações dependiam da concordância com um dogma fixo – até o momento que a liderança ideológica do partido resolvesse mudá-lo. Mas não o seu núcleo. Isso mudou com Yakovlev, novo chefe ideológico do PCUS escolhido por Gorbachev. A visão da diplomacia mundial como luta de classes foi paulatinamente substituída pelos conceitos de civilização – enquanto civilização européia ocidental – e de valores universais¹⁵. Pretendeu-se trocar uma ideologia por uma mentalidade que abrangesse toda a humanidade. À tentativa de recuperar as condições de concorrência econômica com o Ocidente, procurou-se também criar uma nova liderança moral, pacifista, que atraísse a simpatia da opinião pública mundial para a nova diplomacia soviética, que roubasse terreno à retórica belicista e nuclear do grupo Reagan-Thatcher-Kohl.

A pressão para a mudança nas relações com os aliados e antigos inimigos

Ao contrário da retórica reaganista, o campo dos regimes pró-soviéticos conheceu alterações também no sentido do recuo de território após a crise Tito-Stalin e a cisão sino-soviética do início dos anos 60, como o Egito após a Guerra do Yon Kippur, ou mesmo entre países que se mantiveram socialistas, como o gradual afastamento da Romênia de Ceausescu, a ruptura com a Albânia e a Coreia do Norte, ou a Somália a partir do momento em que a rival Etiópia tornou-se socialista¹⁶. A dissolução do monolito foi provocada, além da crítica feita a Stalin, pela própria expansão do campo socialista¹⁷. Países fronteiriços e que procuravam ter uma postura contrária a seus rivais de longa data, ou com culturas singulares, tendiam a fazer leituras próprias do marxismo-leninismo, por mais ortodoxos que planejassem ser. Assim, por exemplo, o regime somali tentou conciliar Marx e o Islã. As pressões nacionalistas tiveram escape pela própria ideologia do regime, como o retorno do ideal da Romênia Maior. A

existência de um grande número de aliados conflitantes tornou difícil a condução da diplomacia soviética, levando o próprio Kremlin a criar ou potencializar conflitos. Durante a Era Gorbachev a situação não foi diferente. Na realidade, a situação piorou muito no momento em que Moscou se desfez do papel de farol do socialismo e das tentativas de fazer reinar algum acordo ideológico. Se Gorbachev encontrou aliados reformadores na Polônia e Hungria, encontrou aliados incômodos como a pseudo-reformista Bulgária ou antagonistas conservadores que passavam da indiferença como a Tchecoslováquia, até a hostilidade como a Alemanha Oriental, ou a denúncia aberta, como a neo-stalinista Romênia. Porém, a expansão geral do bloco soviético na virada da década mais do que compensou as perdas territoriais e os reverses diplomáticos. Havia ainda o clamor por reformas na Europa Oriental. Isso talvez tenha turvado a visão dos reformadores do Kremlin para uma postura que tendia a subestimar a real fraqueza desses regimes diante da capacidade de se reformarem, substituírem suas lideranças conservadoras (a tanto tempo no poder que poderiam ser facilmente confundidas pela população local com o próprio regime) por gorbachevistas, de uma maneira rápida mas controlada e conseguirem se manter no poder, mais ainda sem a ajuda econômica e militar soviética.

Para o grupo de conselheiros de Gorbachev não havia um temor de que a área de influência soviética tivesse um revés, ao menos não na Europa Oriental. O pacto de Varsóvia e o Comecon serviriam de âncora para os governos desses países. A intervenção militar não era necessária. Apenas a dependência energética e do mercado de bens de consumo soviéticos (onde mais a Europa Oriental poderia vender seus produtos de baixa categoria senão no mercado pouco exigente representado pela URSS), a presença das tropas nas bases soviéticas e os compromissos legais assumidos por esses regimes com o Pacto serviriam de impedimento para que qualquer governo dotado de bom senso adotasse uma postura de distanciamento tanto econômica quanto militar de Moscou. Acreditou-se que esse lastro de instituições poderia suportar até mesmo um governo não socialista, como se previa que poderia surgir, num cenário negativo, do governo de “mesa redonda” adotado por Varsóvia e pressionado sobre Berlim Oriental por Moscou. Ainda nesse caso tal governo não teria condições – por mais que as desejasse – de ser mais do que neutral em relação ao Kremlin. O Ocidente, a partir da política de Casa Comum Européia e de aproximação aos EUA, não se lançariam sobre o Leste Europeu, o que também impediria qualquer situação hostil aos soviéticos. No caso de um governo não socialista ou social-democrata assumir o poder, havia ainda a perspectiva do mesmo ter que lidar com os enormes problemas da dívida, inflação e estagnação econômica desses países, num cenário em que os partidos aliados à União Soviética seriam tão poderosos quanto esse governo. Seria obrigado a dividir o poder e o ônus de popularidade frente a tomada de difíceis medidas liberalizantes (como dos preços e fim dos subsídios populares) – que de uma forma ou de outra, seriam necessariamente tomadas pelos próprios PCs reformados dentro do quadro da perestroika¹⁸. Tal inflexão das relações com a Europa Oriental possuía ainda outra característica positiva: esses países deixariam de ser um dreno econômico e moral (uma vez que cabia à URSS o papel de carcereira da Cortina de Ferro), como os reformadores os viam.

Quanto ao Terceiro Mundo, pretendia-se estabilizar as revoluções que já haviam chegado ao poder, através de uma nova fixação das fronteiras de esferas de poder com os EUA, e de desencorajar abertamente Cuba, como forma de manter sob controle o número de aliados e obter a confiança do governo americano. Mesmo no caso afegão, não significava bater em retirada total – a URSS chamaria de volta suas tropas, os EUA não financiariam ou forneceriam material bélico, nem, oficialmente, pediriam ao seu aliado Paquistão para que fornecessem suporte aos insurgentes. Esse quadro permitira uma certa estabilização no quadro do país, sendo possível, segundo os reformistas, que a República Democrática do Afeganistão conseguisse sobreviver sozinha, já que possuía um exército bem equipado e com algum

treinamento, apesar de indisciplinado, e o controle das cidades – uma negação do que havia sido a tática de guerrilha rural disseminada após a sua vitória em Cuba (HOBSBAWM, 2007, p. 445), e que, durante alguns anos, de fato se mostrou mais adaptada à realidade do início dos anos 90 do que o foquismo, que parece ter se tornado a tática de combate de Reagan, invertendo os papéis das superpotências ao promover vários vietnãs soviéticos. O governo socialista afegão teve uma sobrevida maior do que a própria URSS.

O apogeu da diplomacia Gorbachev e a política de concessões diplomáticas

O discurso belicista dos neoconservadores recebia críticas tanto nos EUA como na Europa, como ficou claro com as grandes manifestações contra os euromísseis em 1983. A ameaça de militarização pelos próprios países da Europa foi afastada com a política da “casa comum europeia”, que propunha, de início, aproximar os dois lados da Cortina de Ferro, através da adoção pelo Leste de mecanismos econômicos, políticos e sociais consagrados no Oeste, de um maior intercâmbio de capitais e mercadorias entre os dois lados e de uma diplomacia de amizade e aliança. Logo, Gorbachev a reformulou para uma desmilitarização do espaço europeu, uma progressiva dissolução da OTAN e do Pacto de Varsóvia, substituídos pela Organização de Segurança e Cooperação na Europa (CSCE), o que tornaria possível também os planos da futura integração gradual entre a Comunidade Econômica Européia e o COMECON, prevista para iniciar-se junto com a criação da União Européia em 1992 (LÉVESQUE, 1997, p. 43). O papel americano na Europa também mudou na concepção do corpo diplomático soviético. A ideia de uma “casa comum europeia” até 1987 portava a noção de que a cultura e poder americanos são exógenos e decadentes frente a cultura européia. Segundo os analistas dos EUA pretendia uma maior influência, por mecanismos morais, sobre a Europa, as custas da hegemonia americana. Em seguida atribuiu aos EUA um lastro estabilizador para o cenário europeu, como garantia que a Europa Ocidental não avançasse no programa de militarização.

O grande problema dos reformadores do Kremlin era atrair a confiança de um ocidente que passava por uma onda política anticomunista radical, onde muitos acreditavam que a glasnost era um engodo para atrair ajuda econômica às custas dos países ricos, com um posterior retorno à intransigência e a influência terceiro-mundista, ou mesmo, quanto à aproximação com a Europa, uma ameaça à OTAN. O segundo problema era o apertado prazo de tempo que possuíam para fazer isso, diante da queda das divisas energéticas, deterioração orçamentária e escalada armamentista ocidental. O terceiro era, mesmo se conseguissem a confiança ocidental e em um prazo adequado, como poderiam instaurar seus planos da *casa comum*. Inicialmente Gorbachov adotou a linha do Tratado de Helsinki e libertou os dissidentes, como Sakharov. Mesmo avançando também na liberalização política, ao contrário da China, não conseguiu o reconhecimento da natureza das reformas. O ponto de inflexão nas relações internacionais soviéticas veio com a Conferência de Reykjavik, no fim de 1986, e de seu aparente fracasso, de última hora, quanto a suspensão do IDE. Mas serviu para mostrar, durante as negociações, quanto cada nação estava disposta a ceder, e a URSS estava bem mais propensa a abrir mão de seu poder militar. A primeira vitória foi a cisão no movimento neoconservador e o retorno da Alemanha Ocidental de Kohl a praticar a *ostpolitik* e a unilateralmente cancelar a introdução de mísseis americanos em seu território. A conclusão de Reykjavik veio com o Tratado INF de dezembro de 1987, em que a *opção zero* de Reagan foi adotada – a remoção total dos mísseis balísticos e de cruzeiro de médio alcance, nucleares e convencionais, do solo europeu. Para os militares soviéticos foi um assombro ver seu corpo diplomático abandonar a supremacia nuclear a tanto custo obtida: reduzir a zero os arsenais na Europa significava que a URSS teria que destruir o dobro de mísseis e 300% mais ogivas nucleares que os EUA. A única forma de se justificar perante o público doméstico foi o uso do

novo pensamento da perestroika: a importância maior dos valores universais do que os interesses nacionais¹⁹. Mas foi através de concessões desse porte que Gorbachev ganhou a confiança do Ocidente.

A capacidade de tornar suas fraquezas em posição de força, em auferir ganhos políticos das situações mais complicadas, marcante nessa fase da Era Gorbachov, se mostrou mais uma vez com os tratados INF. Sua diplomacia aberta ao conhecimento público, suas entrevistas à mídia ocidental, seu apelo ao bom senso e ao pacifismo, sua habilidade em eletrizar a opinião das massas dos países do Oeste (ZEMTSOV; FARRAR, 2007, p. 112) criou a *gorbymania* de 1987-1990. Os ideólogos de Reagan não conseguiram o mesmo poder de convencimento. Era mais do que claro quem era o verdadeiro responsável pelo fim da Guerra Fria. O pacifismo dos reformadores soviéticos conseguiu por os políticos neoconservadores diante de seu pior inimigo: um eleitorado francamente avesso ao seu belicismo. Gorbachov conseguiu atrair a cooperação ocidental através da necessidade de seus políticos obterem coparticipação em sua popularidade – que virou uma das chaves do poder internacional soviético. A URSS voltou a se tornar diplomaticamente competitiva – ao menos no sentido da obtenção do capital moral, fortalecido ainda mais no ano de 1989 frente à Operação Causa Justa e o ataque americano ao Panamá e a reafirmação do princípio de não intervenção e uso da força no Leste.

O colapso do Império Soviético

Aproximar-se dos países capitalistas, fossem social-democratas como a Espanha de Gonzáles ou a Inglaterra recém-saída da Guerra das Malvinas de Thatcher, significava obrigatoriamente se afastar dos aliados que seguiam a linha dura. Na realidade, mesmo a liderança reformista no Leste Europeu foi ignorada por Gorbachev, obtendo no máximo um túbio apoio formal, mas jamais militar ou econômico. O sentimento no Leste era de que Gorbachov conscientemente abandonou a região à própria sorte. Isso foi decisivo para a rápida e sem resistência abdicação do poder quando a situação nesses países se tornou crítica. Moscou passou a temer uma corrida do Leste Europeu para a União Européia e seus marcos e francos, que colocaria em perigo a própria oportunidade da URSS fazer o mesmo. O movimento de aproximação com o Ocidente deveria se dar em estágios, em que existissem as ocasiões de se obter concessões mútuas e não unilaterais. A introdução da Doutrina Sinatra em substituição à Doutrina Brejnev (soberania limitada, responsabilidade coletiva para a preservação do sistema e de intervenção militar), feita não diante dos líderes do Leste Europeu, nas reuniões secretas do Pacto de Varsóvia, mas no Plenário da ONU, pretendia dar impulso aos grupos adeptos das reformas nos países geridos pela linha dura. Uma vez que a intervenção militar soviética não ocorreria, só restaria aos dirigentes abrirem espaço às novas lideranças nos PCs. Porém, o que se conseguiu foi o isolamento da URSS pelos seus antigos aliados, como a proibição dos livros de Gorbachev na Alemanha Oriental e em Cuba. Diante do problema de resistência conservadora e relativa fraqueza de apoio popular a esses regimes (ou no caso da Polônia, apoio nenhum), Gorbachev resolveu “não só montar no tigre, mas incitá-lo” (LÉVESQUE, 1997, p. 163), novamente na expectativa de ganhar força explorando suas fraquezas. Deixou de lado sua política de não-intervenção pela de pressão retórica e diplomática pela reforma, que teve consequências fora de qualquer previsão. Quando, na segunda metade de 1989, ficou óbvio para as massas e grupos oposicionistas que seus líderes não seriam socorridos pelas forças do Pacto, e mesmo que a URSS era imperativa na abertura dos regimes para a participação política multipartidária e de uma oposição organizada – como no governo de mesa redonda polonês – e que ela não auxiliaria mesmo os regimes mais reformistas – como a virada de mesa do Solidariedade e a dissolução da frente comum de partidos poloneses deixou claro – um caldeirão de insatisfação reprimida e de diferentes

reivindicações explodiu. As instituições internacionais (COMECON e Pacto de Varsóvia) que deveriam garantir a *finlandização* do Leste em caso da substituição de seus regimes, sucumbiram quase tão rapidamente quanto eles. Talvez poderiam resistir a governos social-democratas, mas não regimes abertamente anti-socialistas, principalmente quando perceberam que mesmo uma postura oficial anti-soviética, anti-russa e a debandada para a OTAN não receberiam qualquer resposta firme vinda de Moscou. A situação foi diferente apenas quanto à Alemanha Oriental. Ela era o mais importante bem de troca para Gorbachev. Polônia e Hungria também possuíam bases e efetivos soviéticos, mas nenhuma delas, mesmo a fascistizada Hungria da Segunda Guerra, foi derrotada da forma como a Alemanha o foi, nem sofreram a imposição de tratados como de pós-guerra. A influência da URSS sobre o destino de metade da Alemanha era um fato reconhecido pela diplomacia internacional, só podendo ser alterado com a assinatura de novos tratados pela própria URSS. Mas não assiná-los significava se opor à vontade popular, uma contradição para Gorbachev e uma perda de popularidade.

Gorbachov esperava tirar proveito da permissão para a reaproximação progressiva entre as duas Alemanhas dentro de sua política de “Casa Comum Européia”, na forma de empréstimos e concessões militares de ambos os lados da Cortina de Ferro. O colapso sistêmico tornava quase impossível qualquer um desses objetivos. O desespero tomou conta dos diplomatas soviéticos. Para evitar que a reunificação se desse sem qualquer ganho, Shevardnadze chegou a propor um plebiscito em que participariam as populações das Alemanhas e das quatro potências vencedoras da guerra. O medo de uma Alemanha novamente poderosa poderia impor um espaço de manobra para os soviéticos. Porém o sistema adotado para a conferência de reunificação foi o de “2 + 4”: o interesse de ambas Alemanhas sobre o dos quatro signatários de Postdam (LÉVESQUE, 1997, p. 230). 5 milhões de marcos e a construção de casas para os soldados que retornavam da Alemanha Oriental pareceram uma vitória. A mudança na condução dos negócios estrangeiros ficou patente com a falta de autonomia entregue aos negociadores soviéticos, que passaram a ser contornados pelos diplomatas americanos, que recorriam diretamente a Gorbachev e Shevardnadze que impunham condições leves para a política de concessões (POCH-DE-FELIU, 2003, 109).

Abandonar as relações com o Terceiro Mundo e os movimentos revolucionários foi uma forma de aprofundar a détente e as oportunidades de empréstimos. Adotou-se o desinteresse nas relações Norte-Sul em troca de um bom relacionamento Leste-Oeste. A maioria dos regimes socialistas nos países da região se desintegrou rapidamente após 1989. Essa nova postura se refletiu na Guerra do Golfo e no apoio soviético à intervenção armada americana, formulada por Shevardnadze. Porém, pouco antes do início dos bombardeios, a diplomacia da popularidade lançou sua última cartada: a virada pacifista pelo diálogo. Gorbachev acreditou que o Iraque armado com caças e tanques da URSS, armas químicas dos EUA e com o 4º maior exército do mundo se mostrasse um inimigo resistente à coalizão. A tensão de uma guerra mais longa que o previsto galvanizaria suas posições. Seu erro teve consequências catastróficas para a diplomacia soviética. O nacionalismo árabe, um de seus mais antigos aliados, ao ver o Partido Baath no Iraque ser atacado com o apoio soviético, rompeu com a URSS. O Ocidente temeu a surpreendente guinada de Gorbachov.

Com a repentina abolição do Plano Quinquenal em 1989 a economia soviética foi lançada no desconhecido. As relações de mercado deveriam reequilibrá-la e reformulá-la, em 500 dias, segundo o pacote econômico de Gorbachov. Ao caos econômico se seguiu uma necessidade vital por empréstimos – cerca de US\$ 200 bilhões pedidos ao FMI e G7. As concessões diplomáticas viraram a moeda de troca pela promessa de financiamento, a ponto de conduzir também a política interna, como a conduta de não-repressão aos movimentos separatistas proposta por Yakovlev à Gorbachev. O diálogo pacífico com as repúblicas em estado de secessão foi um imperativo para a posterior liberação dos recursos pelos EUA.

Essa diplomacia de boas relações, que tornou-se de concessões, foi desenhada desde o início da Era Gorbachev. Ponomarev, terceiro-mundista, foi substituído no Departamento Internacional em 1986, primeiro por Dobrynin, ex-embaixador nos EUA, seguido por Valim, ex-embaixador na Alemanha Ocidental, sob a supervisão de Yakovlev. Shevardnadze substituiu o *senhor nyet* Gromyko no Ministério dos Negócios Estrangeiros ainda em 1985. As relações diretas do PCUS com os PCs dos países socialistas, principalmente do Leste Europeu, foram cortadas e entregues ao aparelho de Estado e Shevardnadze, em 1988. A diplomacia do *da* se sobrepôs à do *nyet*.

Bibliografia

AMSTUTZ, J. Bruce. *Afghanistan: The First Five Years of Soviet Occupation*. Whashington: DIANE Publishing, 1994.

BERTONHA, João Fábio. *Rússia: ascensão e queda de um Império*. Curitiba: Juruá, 2009.

BIALER, Seweryn. *The Soviet paradox: external expansion, internal decline*. Londres: I.B.Tauris, 1986.

BROWN, Archie. *The Gorbachev Factor*. New York: Oxford University Press, 1996.

BRZEZINSKI, Zbigniew K.; SULLIVAN, Paige. *Russia and the Commonwealth of Independent States: documents, data, and analysis*. Nova Iorque: M.E. Sharpe/Center for Strategic and International Studies, 1997.

DONALDSON, Robert H. (org). *The Soviet Union in the Third World: successes and failures*. Boulder: Taylor & Francis, 1981.

FLERON, Frederic J.; HOFFMANN, Erik P.; LAIRD; Robbin Frederick. (org). *Soviet foreign policy: classic and contemporary issues*. New Brunswick: Transaction Publishers, 1991.

GORBACHEV, Mikhail. *A URSS rumo ao século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1986.

GORBACHEV, Mikhail. *Glasnost: a política da transparência*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

GORBACHEV, Mikhail. *Outubro e a Perestroika: a revolução continua*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1987.

GORBACHEV, Mikhail. *Perestroika: novas idéias para o meu país e o mundo*. Tradução J. Alexandre. São Paulo: editora Best Seller, 1988.

GORBACHEV, Mikhail. *Tempo para a paz*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

GORBACHEV, Mikhail. *URSS: uma nova etapa*. São Paulo: Editora Revan, 1985.

HALLIDAY, Fred. *The Making of the Second Cold War*. Londres: Verso Editions, 1983.

HOBSBAWM, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX*. Tradução Marcos Santarrita. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWM, Eric. *Tempos interessantes: uma vida no século XX*. São Paulo: Editora

Companhia das Letras, 2007.

IAKOVLEV, Alexander. *O que queremos fazer da União Soviética: o pai da Perestroika se explica*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1991.

KENNAN, George F. *A Rússia e o Ocidente*. São Paulo: Forense, 1966.

KENNAN, George F. *The sources of Soviet Conduct, in Foreign Affairs*, v. 25, n. 4, Julho, 1947.

KENNEDY, Paul. *Ascensão e Queda das Grandes Potências: transformação econômica & conflito militar de 1500 a 2000*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

LAIRD, Robbin Frederick; HOFFMANN, Erik P. (org). *Soviet foreign policy in a changing world*. Hawthorne: Transaction Publishers, 1986.

LÉVESQUE, Jacques. *The enigma of 1989: the USSR and the liberation of Eastern Europe*. Berkeley: University of California Press, 1997.

LEVITE, Ariel; JENTLESON, Bruce W.; BERMAN, Larry. (org). *Foreign military intervention: the dynamics of protracted conflict*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1992.

MAGNOLI, Demétrio. *O mundo contemporâneo: relações internacionais 1945-2000*. São Paulo: Editora Moderna, 1997.

NYE, Joseph S. *Cooperação e conflito nas relações internacionais*. São Paulo: Editora Gente Liv. e Edit. Ltd, 2009.

OUIMET, Matthew J. *The Rise and Fall of the Brezhnev Doctrine in Soviet Foreign Policy*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2003.

POCH-DE-FELIU, Rafael. *La Gran Transición: Rusia, 1985-2002*. Barcelona: Editora Crítica, 2003.

SALZMANN, Stephanie. *Great Britain, Germany, and the Soviet Union: Rapallo and after, 1922-1934*. Suffolk: Boydell & Brewer, 2003.

SEGRILLO, Angelo. *O declínio da URSS: um estudo das causas*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SHULTZ, Richard H. *The Soviet Union and revolutionary warfare: principles, practices, and regional comparisons*. Stanford: Hoover Press, 1988.

WILES, Peter John de la Fosse. (org). *The New Communist Third World: an essay in political economy*. Londres: Taylor & Francis, 1982.

ZEMTSOV, Ilya; FARRAR, John. *Gorbachev: The Man and the System*. Piscataway: Transaction Publishers, 2007

¹ KENNAN, George F. *A Rússia e o Ocidente*. São Paulo: Forense, 1966.p. 334.

² O qual gerou uma grande indignação em Londres, na medida em que o cordão sanitário de Curzon e o cerco ao regime soviético era rompido pela primeira vez (SALZMANN, 2003, p. 19).

³ KENNAN, George F. The sources of Soviet Conduct, in *Foreign Affairs*, v. 25, n. 4, Julho, 1947.p. 575.

⁴ A primeira tentativa de criar uma política de coexistência pacífica com a China só veio a ocorrer em 1976 (BIALER, 1986, p. 233).

⁵ A presença externa – além de submarinos e bombardeiros estratégicos que testavam as defesas da OTAN – se dava raramente e na forma de exercícios militares, como os realizados na Síria, ou de ameaças, como o da intervenção em favor do Egito durante a Guerra do Yom Kippur (LAIRD; HOFFMANN, 1986, p. 781).

⁶ A invasão, mais do que uma decisão do Politburo como um todo ou de Brejnev, foi resultado da ação de Gromyko e de Ustinov. (BROWN, 1996.p. 55).

⁷ Para analistas americanos, essa divisão era uma forma de jogo duplo: de détente oficial como discurso diante do Ocidente e na prática de agitação revolucionária antiamericana no Terceiro Mundo (SHULTZ, 1988, p. 14), uma estratégia dissimulada de expansão (BRZEZINSKI; SULLIVAN, 1997, p. 98).

⁸ Amstutz menciona o caso não tão lembrado (quanto as operações na África) da intervenção cubana apoiada pelos soviéticos no Iêmen do Sul em 1978, quando aviões soviéticos despejaram 5 mil soldados cubanos e milicianos iemenitas treinados em Cuba, apoiados por navios de guerra soviéticos, sobre Aden e o Estreito de Bab-el-Mandeb (AMSTUTZ, 1994, p. 45).

⁹ Além da tradicional superioridade das forças terrestres (urso) – que permitiam uma influência segura apenas em áreas próximas ao seu próprio território, a URSS tentou desenvolver uma superioridade também das suas forças navais (baleia), como forma de dar sustentação ao seu novo império global, o que necessariamente significava competir com os EUA, a potência líder nos mares, regionalmente desde a Guerra Hispano-Americana e mundialmente desde a Segunda Guerra (MAGNOLI, 1997, p.123).

¹⁰ O tamanho real da economia soviética era motivo de discussão ainda nos anos 70 e 80. Existiam dados que afirmavam que o Japão havia ultrapassado ainda em 1972, outros em 1980 (BIALER, 1986, p. 49), ou no pós-1988, da mesma forma que havia a dúvida sobre quanto o país havia de fato crescido sob o regime, algo entre 90 vezes e 7 vezes no período de 1928-1986 (BROWN, 1996, p. 134).

¹¹ A situação militar e econômica se inverteram de tal forma que reavivar a economia significava se desfazer de parte do aparato militar e dos novos regimes aliados, manter o bloco soviético significava debilitar cada vez mais a combatida economia do país, a ponto de não mais poder sustentá-lo ou perder totalmente a capacidade de concorrência, mesmo a militar (BIALER, 1986, p. 162).

¹² Havia assessores militares (BIALER, 1986, p. 192) e de logística (LEVITE; JENTLESON; BERMAN, 1992, p. 175) do Volksarmee em Angola.

¹³ Como a carne bovina da Romênia ou o trigo leste europeu, comprado na proporção de 1 tonelada para 1 de petróleo, invés de 1 1/5 de petróleo para 1 de trigo, como nas relações com o mundo ocidental (LÉVESQUE, 1997, p. 104).

¹⁴ Em 1979 a ruptura com a URSS e a aproximação com os EUA tomou um novo impulso pela abolição do Tratado Sino-Soviético de Aliança e Amizade de 1950 e a invasão do Vietnã pelo exército chinês. A Guerra Sino-Vietnamita era do interesse tanto dos EUA como da China indignada pela deposição pelo Vietnã, no ano anterior, do regime maoísta de Pol Pot e a reimplantação da monarquia cambojana, como dependente de Hanói e Moscou.

¹⁵ A gestão das ideias de valores universais como preferenciais ou mesmo únicas e avessas às noções de luta e ideologia de classes se deu dentro do grupo de Gorbachev antes deste se tornar secretário-geral em 1985. Shakhnazarov, um de seus assessores, já em 1984 escreveu um artigo herético defendendo tais posições (BROWN, 1996, p. 101) e Gorbachev fez o mesmo durante as discussões da XIX Conferência do PCUS em 1988 (BROWN, 1996, p. 176). Quanto mais Gorbachev se identificava com a social-democracia, que já expressara sua simpatia em 1984 (BROWN, 1996, p. 75; HOBBSAWM, 1995, p. 464), mais o discurso dos valores morais humanos universais tomava força.

¹⁶ A Guerra de Ogaden, no Chifre da África, que obrigou a URSS a se colocar do lado etíope, levou a Somália a romper o Tratado de Amizade com a União Soviética e a expulsar todos os seus assessores em 1977 (WILES, 1982, p. 289).

¹⁷ Não deixam de ser proféticas as palavras de Kennan: “O homem que só tem inimigos não sabe o que são complicações; para isso, é preciso ter amigos; e esses o governo soviético, - Deus seja louvado! - agora tem” (KENNAN, 1966, p. 335).

¹⁸ Vários institutos soviéticos ligados a alguma personalidade do Politburo produziram em 1989 relatórios para a cúpula. Fossem mais radicais e ligados a Yakovlev ou mais conservadores e dependentes de Ligachev, traçavam como o cenário mais negativo possível para as consequências das reformas uma situação de neutralidade e “finlandização” (em que um país capitalista de economia mista e profundamente social-democrata consegue manter uma aliança econômica-militar com a União Soviética, como era o caso da neutralidade da Finlândia) na Europa Oriental, com um ou outro PC perdendo o poder, mas jamais como um dominó McNamariano seguido de um afrontamento com a URSS e o sistema socialista como um todo (LÉVESQUE, 1997, p. 95-100).

¹⁹ Gromyko, que advocava a melhora das relações com o Ocidente – a ponto de abandonar a retórica soviética de que não voltaria a mesa de negociações com os Estados Unidos enquanto este não abandonasse a instalação dos euromísseis e o projeto IDE, para tentar um acordo com Shultz, secretário de Estado de Reagan, na Conferência de Genebra em 1985 – foi contra tal concessão. Para Brown, essa postura não se explica tanto pelas necessidades orçamentárias, desarmamentistas e de ganho de confiança e capital político quanto uma profunda e verdadeira crença na civilização e nos valores universais (BROWN, 1996, p. 237), o que é um tanto raro na diplomacia. Lévesque indica que tal medida levou a *gorbymania* a patamares de messianismo – inclusive de Gorbachev quanto ao seu próprio poder de persuasão (LÉVESQUE, 1997, p. 25).